

Criação de shoppings populares é a saída

Sergio Koffes

Se o governador Cristovam Buarque desejava montar uma frase de efeito ao dizer, recentemente, por ocasião da Semana do Comércio, que "Brasília é uma cidade ilegal", acertou na mosca. Cabe a todos nós, agora, dizer com força e decisão: vamos tirar Brasília da ilegalidade, já!

Por que o governador acertou ao dizer que Brasília é ilegal? Ora, as contas são simples: todos os grandes shoppings do Distrito Federal, reunidos, têm menos de mil lojas. Somente a Feira do Paraguai reúne 1.264 barracas. E mais: em todo o DF existem hoje cerca de 25 mil vendedores ambulantes e, desses, o GDF reconhece a existência de 15 mil instalados em feiras fixas.

Estes números explicam porque o comércio brasiliense, segundo a Pesquisa Conjuntural da Fecomércio, registrou queda de vendas de 23,53% nos últimos 12 meses. O incentivo e a liberação do chamado mercado informal estão entre as principais causas da crise em Brasília e da queda da arrecadação.

Entre todas as situações, a mais gritante é a da Feira do Paraguai, um empreendimento gigantesco, ilegal, que movimenta dezenas de milhões de reais por mês, sem pagar taxas ou impostos.

A Feira do Paraguai, hoje, comercializa qualquer produto importado: de telefones celulares e seda chinesa a produtos de informática.

Os artigos já não vêm somente do Paraguai. Contrabandeados, os produtos chegam da Ásia, de Miami e de outras praças semelhantes. Como entram no mercado "isentos" de tudo e são de qualidade duvidosa, apresentam preços muito menores do que o comércio legalizado.

Apresentada a situação de flagrante injustiça, lembramos que existe uma proposta da Fecomércio, entregue em mãos ao governador Cristovam Buarque, em maio.

Pela proposta, a Fecomércio pretende dar legalidade às atividades de milhares de vendedores ambulantes, criando feiras fixas, semelhantes à Feira do Guará, verdadeiros shoppings populares, iguais aos que existem em outros países. Essas feiras necessitam de instalações muito simples, onde os feirantes trabalham na qualidade de microempresários.

As barracas da Feira do Paraguai e de outras, instaladas no shopping popular, seriam classificadas pelo governo como microempresas, recolhendo os impostos equivalentes a esta categoria e assumindo uma postura de legalidade perante a nossa sociedade.

O tipo de empreendimento permitiria ainda que os produtos fossem vendidos a preços populares, o que manteria a clientela. Com a vantagem de que os feirantes, colocados na condição de comerciantes, poderiam emitir notas e apresentar-se perante a comunidade sem constrangimentos.

Está na hora de todos nós assumirmos a discussão deste problema.

Ninguém quer conflitos nem a penalização de cidadãos que trabalham nas feiras para garantir a sobrevivência da família. Mas não podemos nos omitir diante da atual situação ilegal.

A missão é de todos: vamos tirar Brasília da ilegalidade. E já!

■ Sérgio Koffes é presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal

Jorge Cardoso 1.8.96



Na semana passada, 236 óculos de sol e de grau foram apreendidos na feira

Intransigência pode levar à marginalidade

Walter Peninha

A preocupação com o social é uma tônica marcante do governo Cristovam Buarque. Desde que assumimos, buscamos sempre criar programas que melhorassem a vida da população do DF. Assim como em todo o Brasil, a onda generalizada de desemprego também atinge o DF, mesmo que em proporções menores. Um dos grandes desafios do nosso governo é reduzir o desemprego na cidade. Hoje, Brasília conta com 150 mil desempregados. A inadimplência, os juros altos e a falta de crédito nos bancos estão forçando as empresas a fecharem suas portas. O comércio vive em tempos de crise. Desde julho de 1995, já foram demitidas 12 mil pessoas no setor. Só neste mês, 1.200 comerciários foram postos na rua. Com isso, vários pais de família ficaram sem emprego.

Uma das prioridades da Administração de Brasília é amenizar a crise local. Essa administração assumiu um compromisso com a comunidade de trabalhar para o progresso e desenvolvimento do cidadão, de realizar uma gestão democrática e popular. Foi dentro desta ótica, de se criar uma política social, que se organizou a Feira do Paraguai. Os camelôs, antes espalhados por toda a cidade, foram cadastrados e receberam um espaço digno para trabalhar. Lá existem 1.264 barracas, todas padronizadas, que geram 2.500 empregos diretos, garantindo o sustento de 7 mil bocas.

Acusar pessoas honestas de serem sonegadoras é uma ofensa. Os ambulantes da Feira do Paraguai em nenhum momento quiseram sonegar imposto. Além da taxa de ocupação pública que eles fazem questão de pagar para permanecerem com suas

barracas no estacionamento do Mané Garrincha, os feirantes sempre buscaram um acordo para pagar os devidos impostos dos produtos importados e atuar dentro da lei.

Transformar, agora, os ambulantes da Feira do Paraguai em criminosos é injustificável. Não são eles que escondem fortunas, que contratam contadores especializados em enganar o Imposto de Renda, que desviam dinheiro para o exterior. Para esses grandes sonegadores não há dossier, nem relatórios, investigações ou fiscalização. Eles passam impunes e continuam a agir inescrupulosamente, usurpando o dinheiro público. Mas, contra esses, nada se faz.

Acabar com a Feira do Paraguai é tratar um problema eminentemente de forma hipócrita. Não é fechando a Feira que se vai evitar a venda de importados ilegais na cidade. Essas pessoas precisam sobreviver e vão continuar comprando seus produtos no Paraguai para revendê-los nas ruas ou de porta em porta. Dessa forma, vão continuar sonegando impostos.

Seria como tapar o sol com a peneira. O melhor a se fazer diante dessa situação é regularizá-la. Os próprios representantes do comércio concordam com a permanência da feira se forem pagos os devidos impostos. Os feirantes estão dispostos a legalizar sua situação. O GDF está pronto para regularizar a Feira. Usar de intransigência neste momento seria condenar famílias a viverem na marginalidade, sem nenhuma perspectiva ou possibilidade de integração em nossa sociedade.

■ Walter Peninha, médico e professor, é administrador de Brasília